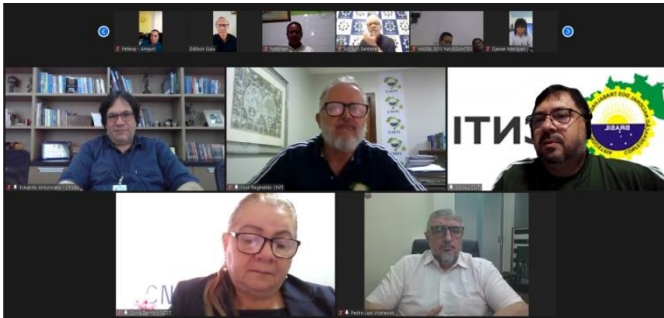
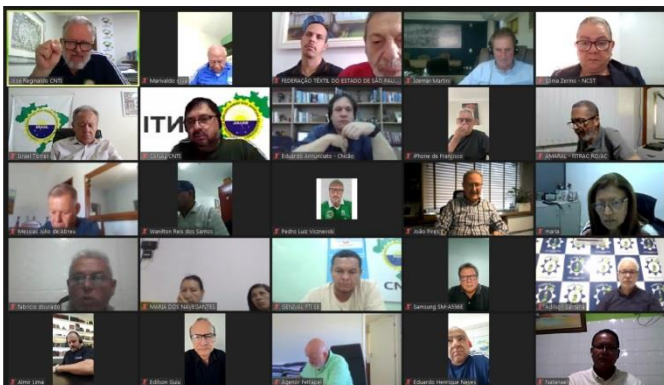


Brasília-DF, 10 de abril de 2026

Reunião Trimestral da CNTI e Federações



A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI) realizou, na manhã desta quinta-feira (9), sua reunião trimestral com as Federações e Sindicatos do Plano da CNTI, promovida de forma virtual. O encontro reuniu dirigentes de diversas regiões do país para debater temas estratégicos da agenda trabalhista. A abertura foi conduzida pela diretoria da entidade, que apresentou uma pauta abrangente, incluindo a organização da Marcha da Classe Trabalhadora em Brasília, no próximo dia 15/04. Também foi apresentado aos participantes, projetos em discussão no Congresso Nacional, no Tribunal Superior do Trabalho (TST) e no Supremo Tribunal Federal (STF), além de informes institucionais, como os preparativos para a celebração dos 80 anos da CNTI e o andamento do projeto da usina fotovoltaica.



Entre os principais pontos debatidos esteve a mobilização para a marcha do dia 15 de abril, considerada prioritária para o movimento sindical. O presidente José Reginaldo destacou que a pauta a ser apresentada ao governo federal inclui a redução da jornada de trabalho, o fim da Escala 6X1, e a revisão e revogação de medidas consideradas prejudiciais aos trabalhadores e o fortalecimento do sistema público de emprego. A secretária para Assuntos da Mulher, Idoso e Juventude, Sônia Zerino, detalhou a logística de recepção das delegações em Brasília. Também foram abordadas datas relevantes, como o 28 de

abril, em memória das vítimas de acidentes de trabalho, e o 1º de maio, com previsão de mobilizações descentralizadas em todo o país.



No campo jurídico e legislativo, o advogado Dr. Lucas Reis, do Escritório ZAC, apresentou um balanço da atuação da CNTI nos tribunais superiores, com destaque para a participação em 14 incidentes voltados à defesa dos direitos dos trabalhadores. Entre eles, a ADI 6309 que trata sobre dispositivos da EC 103 de 2019, aposentadoria especial, O Tema 935 do STF, como Amicus Curiae no TST e a Pejotização. No campo Legislativo, Dr. Lucas destacou como principal bandeira a PEC sobre a redução da Jornada de Trabalho, além da penosidade e os riscos psicossociais relacionados ao trabalho. A reunião também abordou questões sensíveis, como a situação de empresas em recuperação judicial, os impactos de políticas públicas no emprego e os desafios relacionados à perda de capacidade de representação sindical diante das mudanças no financiamento das entidades.



Vista Aérea Usina de Energia Fotovoltaica

Outro destaque foi o avanço do projeto da usina fotovoltaica da CNTI, apontado como estratégico para a sustentabilidade financeira da confederação, executada com participação e apoio de diversas entidades sindicais, estando fase final de implantação. Ao final, os dirigentes reforçaram a importância da unidade sindical e da mobilização de base diante dos desafios atuais, ressaltando a necessidade de articulação nacional para fortalecer as entidades e garantir a defesa dos direitos da classe trabalhadora e do sistema confederativo.



Brasília-DF, 10 de abril de 2026

O balanço que o governo apresentou e os temas que ainda precisa enfrentar

Antônio Augusto de Queiroz (*)

No último dia 31 de março, o governo federal reuniu sua equipe ministerial para apresentar um balanço da gestão. Os números são expressivos: 26,5 milhões de pessoas retiradas da fome entre 2023 e 2024, recorde de investimentos no Minha Casa, Minha Vida com 2,1 milhões de unidades contratadas e a meta batida um ano antes do prazo, queda histórica do desmatamento na Amazônia em 50% e redução do coeficiente de Gini para 50,4, o menor patamar já registrado. Do ponto de vista técnico, o governo tem muito a mostrar. Do ponto de vista político, porém, a entrega dessas realizações esbarra em um ambiente comunicacional profundamente adverso.



Segundo Alek Maracajá, da ativaweb, vivemos um momento em que o algoritmo não julga — ele distribui — e o que ele distribui com mais velocidade não é necessariamente o que é verdadeiro, mas o que é emocional, polêmico e fácil de consumir. Estudos mostram que conteúdos emocionais e polêmicos têm até três vezes mais alcance do que informações neutras, enquanto narrativas simples se espalham seis vezes mais rápido que verdades complexas. A inteligência artificial acelerou a produção de conteúdo, os algoritmos escalam a distribuição, mas o comportamento humano continua o mesmo: reagir primeiro, verificar depois. A mentira virou quase um retrato permanente da internet, porque ela, hoje, não precisa ser convincente — ela só precisa ser compartilhável, precisa agradar a bolha. A narrativa distorcida não precisa ser verdade, só precisa fazer sentido para quem quer acreditar.

Nesse cenário, o governo enfrenta um duplo desafio: continuar entregando resultados concretos e, ao mesmo tempo, aprender a disputar narrativa no ambiente digital com a mesma intensidade com que executa políticas públicas. O balanço ministerial mostrou números que, em qualquer outra época, seriam manchete por semanas, mas que agora precisam disputar espaço com desinformação de alta capilaridade. Foram apresentadas políticas públicas que tocam a vida das pessoas: a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil, beneficiando 16 milhões de trabalhadores; a Farmácia Popular 100% gratuita a partir de 2025 e o recorde de cirurgias eletivas; a redução de 87% no déficit de vagas na educação infantil; as 16 milhões de famílias

com energia elétrica gratuita; os R\$ 27 bilhões aprovados no Fundo Clima, recorde histórico; os 22 leilões de concessões realizados desde 2023 e os 99% dos municípios brasileiros contemplados com obras do Novo PAC. São entregas robustas, mas que, para se transformarem em reconhecimento eleitoral, exigem mais do que fazer — exigem comunicar com capilaridade, linguagem simples e constância, disputando narrativa nos mesmos territórios onde a desinformação avança.

Apesar do balanço positivo, o governo ainda tem diante de si dois temas sensíveis que, se não tratados com agilidade, podem desgastar a percepção pública justamente no momento em que mais precisa consolidar seus avanços. O primeiro é a necessidade de reverter a decisão que onerou as compras internacionais de pequeno valor. A chamada “taxação das blusinhas” tornou-se um símbolo de aumento de custo para a classe média e os jovens, alimentando uma narrativa de que o governo está do lado contrário do consumidor. Mais do que o impacto econômico real, pesa aqui o simbolismo, e retirar essa taxa é desarmar uma das principais armas narrativas da oposição. O segundo tema é a necessidade de avançar na regulamentação do parcelamento do Pix, garantindo que essa ferramenta amplamente popular não seja desvirtuada por práticas abusivas, além de exigir do Banco Central mais celeridade na redução da taxa de juros. O endividamento das famílias continua sendo um dos principais gargalos para a recuperação da qualidade de vida da população, e juro alto é imposto sobre a pobreza — o governo precisa demonstrar que está atuando para aliviá-lo.

O governo fez um balanço robusto, mas, no ambiente polarizado, balanços técnicos não bastam. É preciso traduzir os números em narrativas que conversem com o cotidiano das pessoas. A retirada da fome, a queda da desigualdade, o acesso à moradia e à saúde gratuita são conquistas que dialogam com o eleitorado mais vulnerável — base histórica do lulismo. Já a isenção do IR até R\$ 5 mil, o crédito acessível e as obras de infraestrutura falam com a classe média e o setor produtivo. O desafio agora é fazer com que essas entregas não fiquem restritas aos gráficos das apresentações ministeriais. Elas precisam virar conversa de roda de bar, de grupo de família no WhatsApp, de vídeo de 30 segundos que viraliza. Os algoritmos nos ensinaram que, na disputa por atenção, a emoção vence a razão. A mentira não precisa ser verdadeira — só precisa fazer sentido para quem quer acreditar. E o campo conservador aprendeu a jogar esse jogo com eficiência brutal, enquanto o governo ainda opera muitas vezes como se a verdade falasse por si só. Mas a verdade complexa, com dados e nuances, não se impõe automaticamente no ambiente digital — é preciso

Brasília-DF, 10 de abril de 2026

embalá-la, repeti-la, simplificá-la sem perder a essência.

Além de consolidar o que já foi entregue, é preciso transmitir esperança e confiança, propondo mudanças com impacto positivo na vida das pessoas — como o transporte urbano gratuito e a redução da jornada sem redução de salário, entre outras medidas civilizatórias. Esperança de que o status quo mudará para melhor e confiança de que o governo e sua equipe são capazes de transformar promessas em realidade, como já fizeram com as entregas dos últimos anos.

O governo Lula tem um dos melhores balanços de entregas dos últimos anos. Mas, para que isso se traduza em força eleitoral em 2026, será necessário resolver os temas pendentes — a taxação das blusinhas, o parcelamento do Pix e a queda dos juros — que hoje alimentam desgastes evitáveis; comunicar com a linguagem das plataformas, com simplicidade, repetição e apelo emocional positivo; e disputar narrativa com a mesma intensidade com que executa políticas públicas. Porque, no ambiente polarizado, não basta fazer — é preciso que saibam que foi feito. A verdade não vence sozinha. Ela precisa de vozes, de repetição, de alcance. E, sobretudo, precisa fazer sentido para quem mais precisa dela.

() Jornalista, consultor, analista político e mestre em políticas públicas e governo pela FGV. Foi diretor de documentação do Diap (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar). É membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável da Presidência da República - Conselheiro. Especialista em instituições políticas e processo legislativo, é autor de diversos artigos e livros sobre a dinâmica do poder no Brasil.*

Fonte: Diap

Capital pressiona pra manter jornada



A Confederação Nacional da Indústria divulgou dia 7 estudo que projeta queda de 0,7% no PIB, equivalente a R\$ 76,9 bilhões, caso a escala 6x1 seja abolida. O estudo da CNI é alarmista, visando barrar a medida no Congresso.

Jornada – A questão da jornada ou escala de trabalho movimenta órgãos de classe e entidades de pesquisa. Em fevereiro, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) publicou análise com indicadores alusivos à alteração na jornada dos brasileiros.

Para o Ipea, o impacto direto da redução pra 40 horas é inferior a 1% do custo operacional da indústria e comércio. Tais setores empregam mais de 13 milhões de pessoas. A diferença entre a queda de 1,2% no PIB industrial projetada pela CNI e o impacto menor que 1% nos custos, segundo o Ipea, explicita as divergências entre capital e trabalho.

Método – A CNI utiliza o modelo de Equilíbrio Geral Computável, assumindo repasse integral de custos e ausência de ganhos de eficiência, projetando resultados negativos. O Ipea reconhece maior custo da hora trabalhada, mas considera que a empresa pode alcançar mais produtividade, com métodos modernos de gestão.

Unicamp – Pesquisa integrante do Dossiê 6x1 indica que reduzir a jornada pra 36 horas pode gerar 4,5 milhões de vagas e também aumentar a produtividade em 4%. Em contraposição à CNI, a Unicamp conclui que a mudança não reduz o PIB, e sim potencializa o crescimento nacional.

Brasil – Presidente da CNI, Ricardo Alban defende que não é momento de alterar a jornada, alegando baixa produtividade atual. Tal argumento ignora que a transição de 48 pra 44 horas semanais, em 1988, não provocou danos ao mercado. Pelo contrário, dados mostram que a economia absorveu a mudança sem explosão inflacionária ou desemprego. A resistência patronal atual reproduz aquele padrão, ou seja, foco no custo imediato e descaso com o avanço nas relações de trabalho.

Preços – Para a CNI, a mudança na jornada elevaria em 6,2% os preços ao consumidor – supermercados 5,7%; vestuário e calçados, 6,6%. Tais índices enchem de argumentos a grande mídia, ignorando dados do Ministério do Trabalho, para quem o impacto direto sobre a folha de pagamento será de 4,7%. Mais: hoje, grande parte das empresas já opera com jornadas inferiores a 44 horas. Dados do governo indicam que cerca de 2/3 dos trabalhadores formais – 29,7 milhões – cumprem jornadas inferiores a 44 horas.

Pressão – Alban sustenta a separação entre o debate técnico e o calendário eleitoral. Argumenta que as matérias não devem ser aprovadas sob pressão. Porém, 73% dos brasileiros aprovam o fim da jornada 6x1, mostra pesquisa da Nexus.

Brasília-DF, 10 de abril de 2026

Conclat – Redução de jornada e fim da escala 6x1 serão as grandes bandeiras da Marcha em Brasília, dia 15.

Mais – Sites do Dieese, CNI e das Centrais.

Fonte: Agência Sindical

Cesta básica fica mais cara em todas as capitais brasileiras em março

Manaus foi a capital que registrou maior índice, com 7,42%



© Valter Campanato/Agência Brasil/Arquivo

No mês de março, a cesta básica ficou mais cara em todas as capitais brasileiras e também no Distrito Federal.

Segundo a Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos, levantamento que é divulgado mensalmente pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) junto com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), a principal elevação ocorreu em Manaus, onde o custo médio variou 7,42%, seguida por Salvador (7,15%), Recife (6,97%), Maceió (6,76%), Belo Horizonte (6,44%) e Aracaju (6,32%).

No acumulado de 2026, todas as capitais registraram alta nos preços da cesta básica, com taxas que oscilaram entre 0,77%, em São Luís, e 10,93%, em Aracaju.

Um dos principais responsáveis pelo aumento no custo da cesta no mês passado foi o feijão, que subiu em todas as cidades analisadas. O grão preto, por exemplo, subiu nas capitais do sul do país, além do Rio de Janeiro e Vitória, com percentuais que variaram entre 1,68% (Curitiba) e 7,17% (Florianópolis). Já o grão carioca, coletado nas demais capitais, variou entre 1,86% (Macapá) e 21,48% (Belém). Segundo a pesquisa, essa alta no feijão ocorreu por causa da restrição da oferta, já que houve dificuldades na colheita.

Também houve aumentos nos preços do tomate, da carne bovina de primeira e do leite integral.

Fonte: Agência Brasil

MTE atualiza “Lista Suja” do trabalho análogo à escravidão com 169 novos empregadores

Cadastro passa a reunir 613 nomes e registra resgate de 2,2 mil trabalhadores em situações análogas à escravidão



O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) publicou, no dia 6 de abril, a atualização do Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à escravidão, conhecido como “Lista Suja”.

A nova versão inclui 169 empregadores, sendo 102 pessoas físicas e 67 pessoas jurídicas, um aumento de 6,28% em relação à atualização anterior. Com essa atualização, a lista passa a conter um total de 613 empregadores. Ressalta-se ainda que, após a inserção no Cadastro, o nome de cada empregador permanece publicado pelo período de dois anos, razão pela qual, nesta atualização, foram excluídos 225 nomes que completaram esse tempo de publicação.

As atividades com maior número de inclusões nesta edição foram: serviços domésticos (23); criação de bovinos para corte (18); cultivo de café (12); construção de edifícios (10); e serviço de preparação de terreno, cultivo e colheita (6).

No total, os novos casos incluídos no cadastro resultaram no resgate de 2.247 trabalhadores em situações de exploração e de trabalho análogo à escravidão.

Os casos incluídos nesta atualização ocorreram entre 2020 e 2025, em 21 unidades da Federação: Minas Gerais (35); São Paulo (20); Bahia (17); Paraíba (17); Pernambuco (13); Goiás (10); Mato Grosso do Sul (10); Rio Grande do Sul (9); Mato Grosso (7); Paraná (6); Pará (5); Santa Catarina (4); Maranhão (4); Acre (2); Distrito Federal (2); Espírito Santo (2); Rio de Janeiro (2); Amazonas (1); Ceará (1); Rondônia (1); Sergipe (1).

Matéria completa: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2026/abril/mte-atualiza-201clista-suja201d-do-trabalho-analogo-a-escravidao-com-169-novos-empregadores>

Fonte: MTE